

JAMILSON LISBOA SABINO

**CONDUTAS VEDADAS
AOS AGENTES PÚBLICOS
NO ANO ELEITORAL**



SCORTECCI
EDITORIA

Copyright© Jamilson Lisboa Sabino

10553/1 – 100 – 376 – 2022

O conteúdo desta obra é de responsabilidade do(s)

Autor(es), proprietário(s) do Direito Autoral.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S121c

Sabino, Jamilson Lisboa

Condutas vedadas aos agentes públicos no ano eleitoral / Jamilson Lisboa Sabino.
- 1. ed. - São Paulo : Scortecci, 2023.

ISBN 978-85-366-6315-9

1. Direito eleitoral - Brasil. I. Título.

23-81948

CDU: 342.8(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

GRUPO
EDITORIAL
SCORTECCI
(11) 93316-7940



Rua Deputado Lacerda Franco, 98
São Paulo - SP - CEP 05418-000
www.scortecci.com.br
Livraria Scortecci
Telefone: (11) 95520-3535
www.livrariascortecci.com.br



Sumário

1	Introdução	15
2	Conceito de agente público	18
3	Condutas vedadas	21
4	Cessão ou uso, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta	25
4.1	Histórico	29
4.2	Bens públicos	30
4.3	Cessão ou uso	31
4.4	Bens públicos de uso comum do povo	33
4.5	Momento da conduta vedada	35
4.6	Temas recorrentes na jurisprudência dos tribunais eleitorais	36
4.6.1	Propaganda eleitoral negativa e uso de bem público ...	36
4.6.2	Uso de bem público para pronunciamento	36
4.6.3	Festa de aniversário em escola	37
4.6.4	Carreata com veículos oficiais	37
4.6.5	Discurso usando plenário da Câmara Municipal	39
4.6.6	Filmagem em bem público	40
4.6.7	Uso de imagens de bem público	42
4.6.8	Uso de biblioteca para filmagem	43
4.6.9	Uso de delegacia para filmagem	43
4.6.10	Uso de bem público em comitê de campanha	44
4.6.11	Uso de veículos oficiais para retirada de propaganda irregular	45
4.6.12	Simple menção de número de telefone	46
4.6.13	Uso de telefone	47
4.6.14	Fotografia oficial	48
4.6.15	Obra em área de propriedade particular	49
4.6.16	Uso de símbolos oficiais de gestão distante	50

4.6.17	Cessão ou uso para convenções partidárias	51
4.6.18	Propaganda eleitoral vedada em bens públicos.....	51
4.6.19	Propaganda eleitoral com sonorização em bens públicos.....	52
4.6.20	Propaganda eleitoral na Câmara de Vereadores.....	53
4.6.21	Distribuição de camisetas com veículo oficial.....	53
4.6.22	Uso de palco, som e iluminação	53
4.6.23	Uso de máquina de xerox.....	54
4.6.24	Uso de clube municipal.....	55
4.6.25	Veiculação de mensagem intranet na Prefeitura	55
4.6.26	Viagens a trabalho.....	56
4.6.27	Transporte de cabos eleitorais	57
4.7	Exceções ao artigo 73, inciso I, da Lei nº 9.504/97 – Transporte oficial de Presidente da República e uso das residências oficiais	57
4.7.1	Transporte oficial	58
4.7.2	Residência oficial.....	59

5 Uso de materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas

5.1	Temas recorrentes na jurisprudência dos tribunais eleitorais.....	65
5.1.1	Plano de governo	65
5.1.2	Abastecimento de veículo particular	66
5.1.3	Correspondência.....	67
5.1.4	Publicidade institucional	69
5.1.5	Distribuição de informativo institucional.....	69
5.1.6	Envio excessivo de cartas	70
5.1.7	Trabalhos gráficos.....	70
5.1.8	Uso de canal de televisão para divulgação	71
5.1.9	Obras de manutenção da cidade.....	72
5.1.10	Sanção e promulgação de atos normativos.....	73
5.1.11	Uso de papel timbrado	74
5.1.12	Transporte de correligionários	75
5.1.13	Informação privilegiada.....	76
5.1.14	Manutenção de via pública para comício.....	78
5.2	Penalidade.....	79

6 Cessão de servidor público ou empregado da administração do poder executivo, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação	80
6.1 Servidores efetivos ou comissionados.....	82
6.2 Agentes políticos	83
6.3 Servidor do Poder Legislativo	83
6.4 Servidor público de férias ou licenciado.....	84
6.5 Dias sem expediente.....	86
6.6 Fora do expediente de trabalho.....	86
6.7 Servidor portando adesivo no trabalho	86
6.8 Período de incidência	87
6.9 Convocação de servidores para reunião.....	87
6.10 Participação não pode ser presumida	88
6.11 Uso de serviço e proteção à autoridade	89
6.12 Atividade inerente às funções	89
6.13 Penalidade.....	89
7 Uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços e caráter social custeados e subvencionados pelo poder público	91
7.1 Distribuição gratuita de bens ou serviços.....	95
7.2 Interpretação do uso promocional	96
7.3 Vedação de caráter permanente.....	97
7.4 Ano das eleições	97
7.5 Temas recorrentes na jurisprudência dos tribunais eleitorais.....	98
7.5.1 Participação de candidato em inauguração de conjunto habitacional	98
7.5.2 Distribuição de publicação oficial.....	99
7.5.3 Gratuidade de ingresso para campeonato oficial	99
7.5.4 Sanção, promulgação e publicação de lei	100
7.5.5 Distribuição de lotes	101
7.5.6 Solenidade de entrega de loteamento regularizado....	101
7.5.7 Divulgação de implementação de programa social ...	102
7.5.8 Divulgação sobre programa habitacional	103
7.5.9 Distribuição de material de construção	103
7.5.10 Participação em campanha de utilidade pública ..	104

7.5.11	Comunicado dirigido à população	105
7.5.12	Disponibilização de bens públicos para recreação e lazer	106
7.5.13	Distribuição de cestas básicas	107
7.5.14	Remissão de débitos de IPTU	108
7.5.15	Campanha eleitoral do lado de fora do local de distribuição de bens	109
7.5.16	Disponibilização de serviço de cunho social	110
7.5.17	Distribuição de títulos de domínio.....	111
7.5.18	Perfuração de poços artesianos	112
7.6	Penalidade.....	113
8	Distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios	114
8.1	Dispensa prova do uso promocional.....	116
8.2	Exceções.....	117
8.2.1	Previsão em lei e no orçamento do ano anterior	119
8.2.2	Instituição de programa social por decreto	120
8.2.3	Repasse de valores previstos no orçamento do ano anterior às eleições.....	120
8.3	Regularização fundiária urbana.....	122
8.4	Legitimação de posse.....	127
8.5	Distribuição de termos de doação de imóvel.....	130
8.6	Reunião para destinação das casas populares.....	131
8.7	Envio de projeto de lei de regularização fundiária.....	132
8.8	Lei municipal que autorize distribuir lotes.....	132
8.9	Propaganda eleitoral com entrega de bens.....	133
8.10	Evento tradicional desacompanhado da distribuição de brindes	134
8.11	Distribuição de Tablets.....	134
8.12	Recuperação fiscal	135
8.13	Incentivos fiscais às indústrias.....	136
8.14	Concessão de isenção de ITBI	137
8.15	Distribuição de bens sem respeitar as exigências previstas em lei.....	137
8.16	Assinatura de convênio.....	138
8.17	Disponibilização de local público para evento	139
8.18	Distribuição de bens perecíveis.....	140
8.19	Distribuição de mochilas.....	141

8.20	Doação de bens	142
8.21	Festa Junina.....	142
8.22	Distribuição de cestas básicas	143
8.23	Obras de terraplanagem	145
8.24	Redução da tarifa de ônibus	145
8.25	Distribuição de óculos.....	147
8.26	Penalidade.....	147
9	Programas sociais	148
10	Nomeação, transferência e readaptação de vantagens	
	de servidores públicos	149
10.1	Período de vedação	151
10.2	Nomeação, contratação ou admissão	152
10.3	Contratação de servidores temporários	152
10.4	Renovação de contratação temporária.....	153
10.5	Demissão	154
10.6	Demissão de servidor <i>sui generis</i>	155
10.7	Excesso de demissões.....	156
10.8	Demissão sem justa causa de comissionados	156
10.9	Demissão anterior ao período vedado.....	157
10.10	Demissão por excesso de gastos com pessoal.....	157
10.11	Demissão de servidores temporários	158
10.12	Readaptação de vantagens	158
10.13	Férias.....	159
10.14	Concessão ou aumento de gratificação	159
10.15	Redução de carga horária:.....	161
10.16	Remoção	161
10.17	Remoção por necessidade de serviço.....	164
10.18	Movimentação	165
10.19	Revogação do ato de remoção.....	165
10.20	Exceção à vedação de remoção.....	167
10.21	Transferência	168
10.22	Redistribuição	168
10.23	Exceções.....	169
10.24	Nomeação ou exoneração de servidor comissionado	170

10.25	Nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República	171
10.26	Nomeação de aprovados em concurso público.....	171
10.27	Nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo	174
10.28	Transferência ou remoção <i>ex officio</i> de militares, policiais civis e de agentes penitenciários	176
10.29	Penalidade.....	177
11	Realização de transferência voluntária de recursos.....	178
11.1	Repasse entre pessoas de Direito Público.....	179
11.2	Período de vedação.....	180
11.3	Transferência de caráter obrigatório	180
11.4	Transferências permitidas no período eleitoral.....	180
11.4.1	Execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado	181
11.4.2	Convênios preexistentes	183
11.4.3	Situações de emergência e de calamidade pública.....	184
11.5	Realização de obra pelo Estado no Município	186
11.6	Anuência da Justiça Eleitoral	186
11.7	Penalidade.....	188
12	Publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos.....	189
12.1	Propaganda eleitoral e propaganda partidária	190
12.2	Publicidade institucional	190
12.3	Período de vedação.....	192
12.4	Autorização	192
12.5	Publicidade institucional “autorizada” antes do período vedado	196
12.6	Publicidade “realizada” antes do período vedado.....	197
12.7	Publicidade legal	198
12.8	Divulgação de atos administrativos na imprensa oficial..	200
12.9	Publicidade de utilidade pública.....	201

12.10	Caráter meramente informativo	202
12.11	Divulgação de feira do livro.....	203
12.12	Divulgação das atrações turísticas da cidade.....	203
12.13	Entrevista meramente informativa.....	203
12.14	Vedação absoluta a publicidade institucional	204
12.15	Princípio da publicidade não é absoluto	205
12.16	Panfletos custeados com recursos privados.....	205
12.17	Publicidade institucional de outro candidato	205
12.18	Publicidade no site da Prefeitura.....	206
12.19	Publicidade sem caráter eleitoreiro.....	207
12.20	Apoio da Prefeitura a evento.....	208
12.21	Distribuição de impressos com símbolos do governo ...	208
12.22	Publicidade intensa, reiterada e persistente	212
12.23	Glosa da despesa	213
12.24	Divulgação de evento oficial no horário eleitoral	213
12.25	Jornal subsidiado pelo governo	214
12.26	Papel timbrado.....	214
12.27	Reunião com eleitores	215
12.28	Publicidade institucional paga com recursos privados ..	216
12.29	Devolução dos valores pagos com publicidade ilegal....	217
12.30	Imagem truncada do candidato	218
12.31	Propaganda internacional.....	219
12.32	Exposição e entrega de veículos	219
12.33	Publicidade institucional nas redes sociais particulares..	221
12.34	Responsabilidade pela publicidade institucional	225
12.35	Potencialidade.....	226
12.36	Exceções a proibição de publicidade institucional.....	226
13	Placas em obras públicas	229
14	Pronunciamento em cadeia de rádio e televisão	235
14.1	Discurso deve ser transmitido em cadeia de rádio e televisão	236
14.2	Matéria urgente, relevante e características da função de governo	237
14.3	A critério da Justiça Eleitoral	238
14.4	Penalidade.....	239

15 Despesas com publicidade dos órgãos públicos	240
15.1 Interpretação da norma atual.....	241
15.2 Exceção à regra.....	244
15.3 Histórico.....	244
15.4 Vigência da norma	245
15.5 Publicidade após as eleições.....	251
15.6 Publicidade no período permitido	251
15.7 Atualização monetária	252
15.8 Contabilização dos gastos com publicidade institucional.....	252
15.9 Penalidade.....	252
16 Revisão geral da remuneração dos servidores públicos	253
16.1 Vencimentos.....	254
16.2 Revisão geral	255
16.3 Período inflacionário	257
16.4 Recomposição	261
16.5 Revisão setorial.....	266
16.6 Penalidade.....	272
17 Despesas com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato	273
17.1 Vantagens pessoais adquiridas.....	278
17.2 Contratação de aprovados em concurso.....	279
17.3 Aposentadoria	279
17.4 Subsídios.....	279
18 Contratação de apresentações artísticas pagas com recursos públicos	286
19 Comparecimento em inaugurações.....	288
19.1 Candidato oficializado.....	289
19.2 Candidatos ao Legislativo.....	292
19.3 Período de vedação.....	292
19.4 Postura do candidato.....	292
19.5 Temas recorrentes na jurisprudência dos tribunais eleitorais.....	297
19.5.1 Solenidade de assinatura de convênio	297
19.5.2 Sorteio de casas populares	298

19.5.3	Aula difere de inauguração de obra pública	298
19.5.4	Inauguração de obra estadual	299
19.5.5	Inauguração do candidato adversário.....	299
19.5.6	Permanência em local próximo.....	300
19.5.7	Inauguração de obra particular.....	301
19.5.8	Inauguração de pavilhão do SEBRAE	302
19.5.9	Inauguração de obra particular apoiada pelo Poder Público	302
19.5.10	Entrega de vestiário	303
19.5.11	Simples fotografia	304
19.5.12	Inauguração de obra pública fora da circunscrição eleitoral	304
19.5.13	Visita à obra já inaugurada	304
19.5.14	Vistoria em obras públicas.....	305
19.5.15	Descerramento de placa	305
19.5.16	Única inauguração	306
19.5.17	Vice-Prefeito candidato a Prefeito em inauguração de obra pública	306
19.5.18	Abuso do poder político.....	307
19.6	Penalidade.....	307
20	Abuso de autoridade.....	308
21	Abuso do poder político, econômico ou de comunicação social.....	317
21.1	Abuso do poder político	317
21.1.1	Período	319
21.1.2	Potencialidade do abuso de poder	321
21.1.3	Distribuição de cestas básicas	321
21.1.4	Contratação ilegal de servidores	322
21.1.5	Transporte de pessoas	322
21.1.6	Abuso do poder religioso.....	322
21.2	Abuso do poder econômico.....	326
21.2.1	Fornecimento de combustível	327
21.2.2	Festa particular.....	328
21.3	Abuso do poder de comunicação social.	329

22	Uso de cores, símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo.....	331
22.1	Crime.....	332
22.2	Abuso de Autoridade.....	333
22.3	Conduta vedada do artigo 73, I.....	338
22.4	Conduta vedada do artigo 73, II	338
22.5	Conduta vedada do artigo 73, VI, “b”	339
22.6	Bandeira e Hino Nacional	340
23	Restos a pagar e proibição de despesas no último quadrimestre do mandato	342
24	Empenho no último mês de mandato	347
25	Créditos por antecipação da receita orçamentária.....	349
26	Consequências da prática de conduta vedada.....	352
26.1	Multa e cassação do registro ou diploma.....	352
26.2	Proporcionalidade na aplicação das sanções eleitorais	354
26.3	Ressarcimento das despesas	358
26.4	Condutas vedadas e abuso de autoridade.....	358
26.5	Agente público	358
26.6	Sanções disciplinares	359
26.7	Crime de responsabilidade e infração político-administrativa	361
26.8	Improbidade administrativa	361
27	Representação	365
27.1	Conceito	365
27.2	Legitimidade ativa e passiva.....	366
27.3	Prazo para ajuizamento.....	366
27.4	Rito processual	366
28	Ação de Investigação Judicial Eleitoral	373
28.1	Previsão legal.....	373
28.2	Conceito	373
28.3	Legitimidade ativa e passiva.....	374
28.4	Prazo para ajuizamento.....	374
28.5	Rito processual	375